



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

EDITAL N° 23 - ALTERAÇÃO - PRESI/DG/SAO/COMAP/SLC**PROCEDIMENTO SEI N.º 0002029-48.2020.6.01.8000**

Pregão Eletrônico n.º 23/2021		Abertura em 18/11/2021, às 10:00h no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/	
Objeto:			
1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Formação de Registro de Preços , pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos e assepsia especificados no Anexo I (Termo de Referência), que integra este ato convocatório.			
Valor Total Estimado: (caso não seja sigiloso)		Orçamento sigiloso: sim (x) não ()	
-			
Registro de Preços?	Vistoria?	Formalização Por Termo de Contrato?	Forma de Adjudicação
SIM	NÃO	NÃO	MENOR PREÇO
Licitação Exclusiva para ME/EPP?	Reserva de Cota para ME/EPP?	Exige Amostra/Demonstração?	Dec. n. 7.174/2010?
SIM	-	NÃO	NÃO
Modo de Disputa:		Intervalo mínimo entre lances:	
Aberto e fechado		-	
Pedidos de Esclarecimento ou impugnações:			

Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de mensagem para o endereço pregoeiro@tre-ac.jus.br, com cópia para slc@tre-ac.jus.br.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SCLC

PREGÃO ELETRÔNICO/SRP N.º 23/2021

MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITENS

EXCLUSIVO ME/EPP

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE**, por intermédio do Pregoeiro designado pela **Portaria TRE/AC n.º 7/2021 (0402293)**, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, do

Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data: 18/11/ 2021

Horário: 10h00 (horário de Brasília-DF)

Local: Portal de Compras Governamentais (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>).

UASG – 070002

Fone: (68) 3212-4401 (geral) e 3212-4446 (pregoeiro)

1. DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Formação de Registro de Preços**, pelo prazo de **12 (doze) meses**, visando a eventual e futura aquisição de materiais odontológicos e assepsia especificados no Anexo I (Termo de Referência), que integra este ato convocatório.
2. A licitação se perfaz à consecução de 41 (quarenta e um) itens unitários, conforme tabela constante do Anexo Único do Termo de Referência I, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
4. Para elaboração de suas propostas, os licitantes deverão observar exclusivamente a descrição do objeto definida no edital, que sempre prevalecerá em face das especificações vinculadas aos códigos do CATMAT.
5. Em razão do valor estimado para a contratação ser inferior à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a disputa será **exclusiva para ME/EPP**.
6. Havendo divergências entre as especificações dos itens definidas no edital e as constantes do sistema eletrônico *Comprasnet*, prevalecerão aquelas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada somente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre, não sendo permitida a adesão por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

3. DO CREDENCIAMENTO

1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
 1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que pertençam ao ramo de atividade relacionado com o objeto e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos e que estiverem devidamente credenciados no site: www.comprasnet.gov.br, credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
 1. **A participação será restrita aos interessados qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
 1. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
3. Não será permitida a participação os interessados:
 1. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
 4. reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 1. O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica.
 5. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, salvo se comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005;
 6. suspensas, temporariamente, de participar de licitações e de contratar com o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, nos termos do art. 87, III, da Lei 8.666/93;
 7. impedidas de licitar e Contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, durante o prazo da sanção aplicada;
 8. que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 9. que tenha em seu quadro societário servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Acre;
 10. que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º da Resolução CNJ 07/2005, modificada pela Resolução CNJ 229/2016);
 1. A vedação também alcança as contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
 11. que possuam inscrição no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional da Justiça - CNJ;
 12. que tenham sido declaradas inidôneas pelo Tribunal de Contas da União, conforme art. 46 da Lei n.º 8.443/92;
 13. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
 14. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017);
 15. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU; e
 16. **Que não se enquadrem na categoria de ME e EPP.**
4. Como condição para participação no Pregão, os licitantes deverão:

1. Assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 1. que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;
 1. **nos itens exclusivos** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 2. **havendo no certame itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ampla concorrência)**, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7.º, XXXIII, da Constituição;
 6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 2, de 16 de setembro de 2009;
 7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
2. Comprovar, mediante a apresentação das **declarações que constam do Anexo III**, que:
 1. Em respeito às restrições constantes no **inc. VI e no § 3.º do art. 2º da Resolução CNJ 07/2005 (modificada pela Resolução CNJ 229/2016)**, não dispõe em seu quadro societário de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
 1. A vedação constante do subitem 1 acima se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
 2. Em atenção à vedação prevista no **art. 19, inciso XI, da Lei 14.116/2020 - LDO 2021**, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.
5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 1. Valor unitário e total do item;
 2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
3. **Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.**
4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
 1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam os **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
8. A **proposta definitiva de preços**, ajustada ao lance vencedor, com detalhamento do objeto, com indicação dos preços unitário e total de cada item, limitados a duas casas decimais, deverá ser enviada, no prazo fixado pelo Pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas, exclusivamente pelo sistema (na opção “Enviar Anexo”).

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
2. Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
 1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
4. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**.
6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
10. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
 1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
12. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
13. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
 1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas **vinte e quatro horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
18. Os Critérios de julgamento adotados serão, conforme o caso, pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e em seus anexos.
19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
20. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

1. no Brasil;
 2. por empresas brasileiras;
 3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
26. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
 1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.
5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
6. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.
 1. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
 1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação do sistema.
8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.
9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
 1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
 2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 1. SICAF;
 2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
 1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 1, 2 e 3 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);
 2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
2. Constatada a existência de sanção ou violação das condições descritas no **Capítulo n.º 4** do edital, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
3. Constatado algum indício de tentativa de burla aos efeitos de sanção aplicada a outra empresa com quadro social semelhante ao de alguma licitante deste certame (ocorrências impeditivas indiretas), deverá o pregoeiro diligenciar para apurar tal fato, verificando, ao menos:
 1. as condições de constituição da pessoa jurídica ou do início da sua relação com os sócios da empresa sancionada;
 2. a atividade econômica desenvolvida pelas empresas;
 3. a composição do quadro societário e identidade dos dirigentes/administradores;
 4. compartilhamento de estrutura física ou de pessoal;
 1. Sendo observados indícios fortes de tentativa de fraude aos efeitos de penalidade aplicada a outra empresa, o pregoeiro deverá apurar e decidir sobre a conduta da licitante, após garantido o contraditório e ampla defesa.
 2. Caso a decisão considere a conduta como fraude, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, além avaliar a necessidade da aplicação das penalidades previstas no **capítulo 21** deste Edital.
 3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
 1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
 2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
 3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

1. Será admitida a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, por não ferir os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes (Acórdão TCU 1.211/2021-Plenário)
6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
10. No caso de comprovada inviabilidade ou dificuldade de envio ou recebimento pelo sistema COMPRASNET, a documentação poderá ser entregue em sua via original ou remetida pelo e-mail pregoeiro@tre-ac.jus.br, no mesmo prazo determinado acima, sem prejuízo da disponibilização no COMPRASNET em momento posterior, pela funcionalidade “Convocar Anexo”, de forma que a documentação fique à disposição para consulta no sistema COMPRASNET.
11. Em respeito ao princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido fixado pelo pregoeiro, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio de documentação de habilitação ou de qualquer outro documento complementar, que deveria ter sido remetido juntamente com a documentação, salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência para elucidar os esclarecimentos solicitados.
12. Será exigido para fins de habilitação a comprovação de atendimento aos requisitos abaixo, cuja aferição poderá ser feita por meio de consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF:

1. Habilitação jurídica:

1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

2. Regularidade fiscal e trabalhista:

1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
5. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

3. Qualificação Econômico-Financeira.

1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
 1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.
13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, desde que atenda a todas as demais exigências do edital.
 1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
15. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02(duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
 1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
 1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado para formação de cadastro de reserva.
 1. A declaração quanto ao interesse em participar do cadastro de reserva deverá ser encaminhada para o e-mail pregoeiro@tre-ac.jus.br, em até 24 horas após o encerramento da sessão, independente de convocação pelo Pregoeiro via chat; e
 2. A aceitabilidade das propostas, das licitantes que aceitaram reduzir seus preços, observará as regras constantes do capítulo 9 deste Edital.
2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

12. DOS RECURSOS

1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
 1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará o mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
 2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
 3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A sessão pública poderá ser reaberta:
 1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
 1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
 2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, conforme minuta constante deste ato convocatório, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
2. A assinatura da ata será realizada de forma eletrônica, por meio de acesso ao Sistema de Informações (SEI), no link https://sei.tre-ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=.
3. O prazo estabelecido no item anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
5. Será incluído na ata, sob a designação de **cadastro de reserva**, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

1. Após a formalização da Ata de Registro de Preços, em sendo realizada a contratação, o instrumento de contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa, na forma do art. 62, “caput”, e §4º, da Lei 8.666/93.
 1. Integram o contrato substituído pela nota de empenho, independente de transcrição, todas as regras, prazos, condições e obrigações constantes do edital do certame e seus anexos, do termo de referência e da proposta da contratada.
2. O fornecedor terá o prazo de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir de seu recebimento, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
 1. A Administração poderá encaminhar a Nota de Empenho para aceite da Adjudicatária, mediante meio eletrônico ou correspondência postal com aviso de recebimento (AR).

3. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
 1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;
 2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
 3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.
4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.
 1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
 2. Eventual registro da licitante no CADIN não impede a contratação, conforme decisão do STF na ADI 1.454/DF.
5. Na assinatura da ata de registro de preços e na emissão da Nota de Empenho, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, ou a receber a Nota de Empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

1. Não será exigida garantia da execução.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Capítulo 4 do Termo de Referência - anexo I do Edital.

19. DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

1. Os critérios de fiscalização, recebimento e gestão da contratação são os estabelecidos nos Capítulos 2 e 5 do Termo de Referência - anexos I do Edital.

20. DO PAGAMENTO

1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Capítulo 6 do Termo de Referência - anexos I do Edital.

21. DAS PENALIDADES

1. As regras acerca das penalidades contratuais são as estabelecidas no Capítulo 7 do Termo de Referência - anexos I do Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O licitante será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até **10%** do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:
 1. não manter a proposta - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 4 (quatro) meses e multa de até **2%** sobre o valor estimado para a contratação.
 2. deixar de entregar a documentação exigida no certame - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 2 (dois) meses e multa de até **1%** sobre o valor estimado para a contratação;
 3. comportar-se de modo inidôneo - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses e multa de até **5%** sobre o valor estimado para a contratação;
 4. apresentar documento falso ou fizer declaração falsa - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses e multa de até **5%** sobre o valor estimado para a contratação;
 5. cometer fraude fiscal - Pena: - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 40 (quarenta) meses e multa de até **5%** sobre o valor estimado para a contratação;
 6. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta - Pena: impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses e multa de até **10%** sobre o valor estimado para a contratação;
 7. Para as finalidades deste Edital, considera-se:
 1. "não manter a proposta": a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
 2. "comportar-se de modo inidôneo": a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
2. O período das penalidades de impedimento do direito de licitar previstas no **item 22.1** poderá ser majorado em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, quando restar comprovado que o contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF de penalidade aplicada no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas no **item 22.1**, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade.
3. O período da penalidade de impedimento do direito de licitar prevista no **subitem 22.1.2** poderá ser reduzido em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:
 1. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo;
 2. a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
 3. a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do licitante;
4. Na aplicação das sanções, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os serviços e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.
5. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.
6. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação em vigor.
7. As penalidades poderão ser aplicadas em conjunto com as demais espécies de penalidades previstas neste instrumento, nos termos da legislação em vigor.
8. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Administração.
9. A aplicação das penas previstas neste Edital não exclui a responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração.
10. A disciplina acerca da aplicação de penalidades à futura contratada consta do Termo de Referência (Anexo I do edital).
 1. Não será aplicada penalidade se o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou motivo de força maior, comprovados pela contratada.
11. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.
12. Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação.
13. As sanções do **item 22.1** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital se não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado sem objeção o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.
3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até **dois dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.
4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico pregoeiro@tre-ac.jus.br.
6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
9. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica plena aceitação das condições estipuladas neste edital e seus anexos.
10. O Tribunal Regional Eleitoral do Acre poderá adiar ou revogar a presente licitação por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 50 do Decreto n.º 10.024/2019.
11. As decisões do pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente do TRE/AC.
12. Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas nas *home pages* do Tribunal (<https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-das-contratacoes/licitacoes-2>) e do site **Compras Governamentais** (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.
13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos (<https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <https://www.tre-ac.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-das-contratacoes/licitacoes-2>) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço da Sede do TRE-AC, situado na Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia, CEP 69.915-632, Rio Branco-AC nos dias úteis, no horário das 07 às 14 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio de solicitação para o endereço eletrônico sclc@tre-ac.jus.br.
16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 1. **Anexo I** - Termo de Referência I;
 2. **Anexo II** - Minuta da Ata de Registro de Preços;
 3. **Anexo III** - Declaração para fins de cumprimento do disposto na Resolução/CNJ n.º 07/2005 e do inciso XI do artigo 19 da Lei 14.116/2020 (LDO 2021).
 4. **Anexo IV** - Modelo de declaração - compromisso com a sustentabilidade.

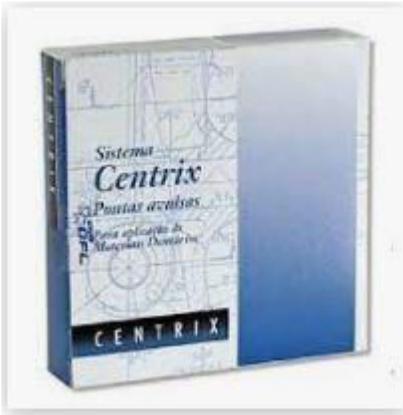
Rosana Magalhães da Silva
Diretora-Geral do TRE/AC

ANEXO I DO EDITAL
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1. Aquisição do material abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	IMAGENS ILUSTRATIVAS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	<p>Envelope pouchet para esterilização de material em autoclave auto-selante</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: caixa com mínimo de 50 (cinquenta) e máximo de 200 (duzentas) unidades; - Com indicador de esterilização por método térmico e gasoso; - Dimensões: Largura: 90,00 mm; Comprimento: 245,00 mm; - Face: uma em papel grau cirúrgico; outra em plástico sensível ao calor úmido; - Método de fechamento do envelope: auto-selante <p>Obs.: A proposta deverá ser feita para o preço da unidade de envelope, independentemente da quantidade de envelopes por caixa.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	1.000		
02	Caixa de ponta para seringa de injeção de		UNID	10		

	<p>ionômero de vidro CENTRIX</p> <p>Modelo: com agulha para inserção por injeção de ionômero de vidro;</p> <p>Embalagem: caixa com 20 (vinte) pontas.</p> <p>Dados da agulha:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Em metal canulado; - Comprimento: mínimo 30 mm e dobrável; - Diâmetro: em torno de 1,00 mm <p>Obs.: Por questões de compatibilidade quanto ao uso, o material tem que atender à seringa de inserção de ionômero de vidro da marca CENTRIX, a qual atualmente utilizada no serviço odontológico do órgão.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>				
03	<p>kit de discos de acabamento e polimento de restaurações</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: caixa com 25 (vinte e cinco) unidades, e 01 (um) mandril; - Material dos discos: compósitos em resina, com discos de lixa com suporte flexível e o mandril metálico; - Dimensões: Diâmetro: 9,50 mm e 12,70 mm; - Granulação do disco: grossa; <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	05		

04	<p>Lenço umedecido desinfetante para superfícies e instrumentos médico-odontológicos</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: caixa com mínimo de 40 (quarenta) unidades; - Uso: para superfícies e instrumentos médico-odontológicos; - Dimensões: nas medidas mínimas de 200,00 mm por 150,00 mm; - Composição: Álcool etílico e Clorexidina; <p>Obs.: A proposta deverá ser feita para o preço da unidade de lenço, independentemente da quantidade de lenços por caixa.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	1.000		
05	<p>Kit completo de ionômero de vidro - VITREMER da 3M</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: 5 gramas de pó + 2,5 ml de líquido + 2,0 ml de Primer + 2,0 ml de Glaze + 01 colher dosadora de pó + 01 bloco de espatulação; - Composição do líquido: ácido policarboxílico, 2-hidroxietilmetacrilato e água. Composição do pó: silicato de flúor-alumínio. Composição do glaze: bisigma e tegdma; - Composição do primer: 2-hidroxietilmetacrilato e etanol. Indicações de uso: restaurações de classe III e classe V de dentes permanentes e todas as classes 	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	03		

em dentes descíduos; restaurações realizadas sob a técnica de sanduíche e construção de núcleo de preenchimento.

Obs.: Por questões de compatibilidade quanto ao uso, o material tem que ser compatível com o adesivo (3M) já utilizado no serviço odontológico do órgão.

06

Kit de resina odontológica para restauração dentária

Dados de referência:

- Embalagem: Kit com 7 Seringas de resina fotopolimerizável, de 4 gramas (cada), nas cores: A1B, A2B, A3B, A2E, WE, A2D e CT + 1 Adesivo Single Bond Universal de 1ml + 2 Discos Sof-Lex;

- Especificações: O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas no kit de restauração para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente



Imagem meramente ilustrativa

UNID

01

	utilizado, Kit (básico) Gift Box RESTAURADOR Z350 XT DA 3M).					
07	<p>Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor A1B (cor A1 de dentina da escala Vita).</p> <p>Dados de referência:</p> <p>- Embalagem: embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores A1B;</p> <p>- Especificações: O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.</p> <p>Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	01		
08	<p>Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor A2B (cor A2 de dentina da escala Vita).</p>		UNID	01		

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores A2B;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).



Imagem meramente ilustrativa

09

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor A3B (cor A3 de dentina da escala Vita).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores A3B;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V,

UNID

01

para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).



Imagem meramente ilustrativa

10

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor A2E (cor A2 de esmalte da escala Vita).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores A2E;
- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e



Imagem meramente ilustrativa

UNID

01

facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).

11

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor WE (feito).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores WE;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o



Imagem meramente ilustrativa

UNID

01

	material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).					
12	<p>Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor A2D (cor A2 de dentina da escala Vita).</p> <p>Dados de referência:</p> <p>- Embalagem: embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores A2D;</p> <p>- Especificações: O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.</p> <p>Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	01		
13	Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor CT (efeito).		UNID	01		

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores CT;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).



Imagem meramente ilustrativa

14

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor A1D (cor A1 de dentina da escala Vita).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores A1D;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V,

UNID

01

para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).



Imagem meramente ilustrativa

15

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor B3D (cor B3 de dentina da escala Vita).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores B3D;
- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e



Imagem meramente ilustrativa

UNID

01

facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).

16

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor C4D (cor C4 de dentina da escala Vita).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores C4D;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço



Imagem meramente ilustrativa

UNID

01

	odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).					
17	<p>Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor A3,5B (cor A3,5 de dentina da escala Vita).</p> <p>Dados de referência:</p> <p>- Embalagem: embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores A3,5B;</p> <p>- Especificações: O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.</p> <p>Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	01		
18	Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor B2B (cor B2 de dentina da escala Vita).		UNID	01		

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores B2B;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, espiantagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).



Imagem meramente ilustrativa

19

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor B5B (cor B5 de dentina da escala Vita).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores B5B;

UNID

01

- Especificações: O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).



Imagem meramente ilustrativa

20

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor B3B (cor B3 de dentina da escala Vita).

Dados de referência:

- Embalagem: embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores B3B;

- Especificações: O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto,



Imagem meramente ilustrativa

UNID

01

esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).

21

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor WB (efeito).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores WB;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.



Imagem meramente ilustrativa

UNID

01

	<p>Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).</p>					
22	<p>Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor A1E (cor A1 esmalte da escala Vita).</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <p>- Embalagem: embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores A1E;</p> <p>- Especificações: O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.</p> <p>Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	01		
23	<p>Bisnaga de reposição de resina odontológica</p>		UNID	01		

para restauração dentária na cor B1E (cor B1 esmalte da escala Vita).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores B1E;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).



Imagem meramente ilustrativa

24

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor B2E (cor B2 esmalte da escala Vita).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico

UNID

01

com 4 gramas, na cores B2E;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).



Imagem meramente ilustrativa

25

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor A6B (cor A6 esmalte da escala Vita).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores A6B;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas,



Imagem meramente ilustrativa

UNID

01

confeção de núcleo de preenchimento direto, espiantagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).

26

Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor BT (efeito).

Dados de referência:

- **Embalagem:** embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores BT;

- **Especificações:** O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, espiantagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.



Imagem meramente ilustrativa

UNID

01

	<p>Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).</p>					
27	<p>Bisnaga de reposição de resina odontológica para restauração dentária na cor GT (efeito).</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <p>- Embalagem: embalagem com reposição de resina fotopolimerizável de uso odontológico com 4 gramas, na cores GT;</p> <p>- Especificações: O sistema restaurador deverá ser um sistema restaurador universal, para restaurações anteriores e posteriores de classes I, II, III, IV, V, para restaurações utilizando-se a técnica sanduíche, com ionômero de vidro e outros compósitos resino compatíveis, para fechamento de diastemas, confecção de núcleo de preenchimento direto, esplintagem de dentes com mobilidade periodontal e restaurações indiretas em dentes anteriores e posteriores, incluindo a confecção de inlay, onlay e facetas. A resina deverá ter toda a sua matriz, tanto carga como matriz orgânica nanoparticulada (cem por cento nanopartículas) e ser radiopaca radiograficamente.</p> <p>Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, Resina Z350 XT DA 3M).</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	01		
28	<p>Sacolê transparente</p>		UNID	5		

	<p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: com 1.000 (um mil) unidades - Especificações: com cada saquinho medindo aproximadamente 5,00 cm x 23,00 cm. <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>					
29	<p>Pacote de tiras abrasivas de aço recobertas com diamante</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: Pacote com no mínimo 12 (doze) tiras; - Especificações: camada de diamantes depositados por eletrodeposição; - Dimensões: Espessura: 0,06 mm; Largura 2,50 mm; Comprimento: 150,00 mm. <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>		UNID	10		
30	<p>Pacote de cintas de aço para profilaxia</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: Pacote com no mínimo 10 (dez) tiras; - Especificações: com perfurações uniformes e bem distribuídas ao longo de toda a cinta, não têm poder de abrasão como a lixa. Esterilizável em autoclave; 		UNID	10		

	<p>- Dimensões: Espessura: 0,06 mm; Comprimento: 100,00 mm.</p> <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>				
31	<p>Pote de desinfetante de superfície à base de ácido peracético</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <p>- Embalagem: pote com 100 (cem) gramas;</p> <p>- Especificações: em forma de pó pronto para diluição e uso;</p> <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	05		
32	<p>Frasco de detergente aniônico</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <p>- Embalagem: frasco com 200 ml (cada);</p> <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	03		

33	<p>Caixa de anestésico em tubetes para anestesia odontológica</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: caixa com 50 (cinquenta) tubetes em vidro; - Especificações: a base de Mepivacaína (Cloridrato de mepivacaína) a 2% com vasoconstritor epinefrina (10,0 µg); <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	05		
34	<p>Caixa de anestésico em tubetes para anestesia odontológica</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: caixa com 50 (cinquenta) tubetes em vidro; - Especificações: a base de Articaíne (Cloridrato de articaíne) a 3% <u>COM</u> vasoconstritor epinefrina (10,0 µg); <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	05		
35	<p>Caixa de anestésico em tubetes para anestesia odontológica</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: caixa com 50 (cinquenta) tubetes em vidro; 		UNID	05		

- Especificações: a base de **Mepivacaína (Cloridrato de mepivacaína) a 3% SEM vasoconstritor;**

Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.



Imagem meramente ilustrativa

Adesivo dental fotopolimerizável de 5ª geração

Dados de referência:

- Embalagem: frasco único com 6 (seis) gramas, na cor laranja;

- Especificações: sistema adesivo para adesão com a técnica úmida (condicionamento ácido total de esmalte e dentina), que apresente excelente manuseio, sistema de cores simplificado e praticidade de uso, que possua o primer e o adesivo num só frasco adesivo fotopolimerizável, com um sistema que contém carga nanoparticulada (10% em peso) e solvente de água e álcool, propiciando a melhor adesão com elevado rendimento, padrão ouro em adesão na categoria;

Obs.: Especificações mínimas baseadas na resina Restauradora para uso no serviço odontológico do órgão (compatível com o material atualmente utilizado, a Resina Z350 XT DA 3M).



Imagem meramente ilustrativa

36

UNID

02

37

Máscara tripla camada para procedimento em TNT

UNID

500

	<p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: caixa com no mínimo 50 (cinquenta) unidades; - Especificações: tripla camada, com clip nasal para ajuste, com elástico na cor laranja. <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>				
38	<p>Caixa de luva para procedimento (Tamanho "M")</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: caixa com 100 (cem) unidades; - Especificações: tamanho "M", não estéril em nitrila, sem adição de pó, ambidestra e com textura na ponta dos dedos. <p>Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	15		
39	<p>Pacote de touca sanfonada em TNT hidropelente para proteção individual</p> <p><u>Dados de referência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Embalagem: caixa com 100 (cem) unidades; - Especificações: sanfonada em TNT hidropelente, em gramatura não inferior a 40g/m² e na cor laranja. 	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	10		

	Obs.: Estas são as especificações mínimas a serem atendidas pelo produto.				
40	<p>TAPETES SANITIZANTES - Descrição:</p> <p>Dimensões: 90Cm x 130Cm;</p> <p>Espessura: 10mm;</p> <p>Material: Trama de Vinil,</p> <p>Cores: Preto,</p> <p>Antiderrapante, Antichamas, Antifúngico, base emborrachada</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	30	
41	<p>TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO</p> <p>Descrição: Termômetro infravermelho projetado especificamente para a utilização na testa, capaz de medir a temperatura corporal das pessoas através da detecção da intensidade de luz vermelha.</p> <p>Botões: 1- Botão "Temp" = aciona o medidor de temperatura;</p> <p>2 - Botão Power / Pessoa-Objeto = Liga/Desliga; Modo Pessoa= medição de temperatura em pessoas; Modo Objetos = medição da superfície de objetos, diferente da temperatura do corpo. Função alarme de febre.</p> <p>10 memórias para medições de pessoas e objetos com registro de medição no formato data/hora/modo.</p>	 <p>Imagem meramente ilustrativa</p>	UNID	30	

2. JUSTIFICATIVA PARA OS OBJETOS DEMANDADOS

1. A aquisição do material - consumo e permanente - destina-se ao atendimento de demandas relacionadas à **SASBEN**, especificamente, para desempenho das atribuições do servidor Washington dos Reis Leite (odontólogo)

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

1. O materiais relacionado acima pode ser classificado como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, segundo o critério previsto no parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002.

4. DA JUSTIFICATIVA DO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta seção optou pela SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO para solicitar compras de materiais e insumos baseado no item IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013 que diz "IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração." Esta seção se baseia no fato de que a paralisação dos serviços em março de 2020 até os dias de hoje quebrou todo um protocolo de atendimento que foi implementado nesta seção desde 1998. Como este protocolo foi interrompido, as necessidades de compra de material para este anos e vindouro ficou sem os parâmetros utilizados em anos anteriores para compra de materiais e insumos pertinentes as nossas necessidades e demandas anuais. E visando não comprar um quantitativos fixo baseado em informações de anos anteriores em que nosso protocolo de atendimento estava dentro de seu planejamento, solicitamos a compra destes insumos dentro de uma expectativa de usos menos previsível do que em anos anteriores. Sendo assim este instrumento de aquisição nos pareceu o mais adequado e correto dentre os existentes.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

1. A CONTRATADA terá, dentre outras previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:
 1. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
 2. Fornecer os produtos propostos neste Termo de Referência de acordo com as normas da ABNT, ANVISA, ou qualquer outra norma editada por órgão com autoridade sobre o item, em casos omissos valerá a validade padrão de mercado;
 3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 4. Fornecer produtos novos, devidamente acondicionados em embalagens lacradas e revestir-se das características e especificações técnicas exigidas.
 5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. Remover às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recibo da notificação, o material que foi rejeitado em razão de divergência na especificação ou integridade, ou tiver sido substituído, sob pena de descarte e ou de aproveitamento por parte da Administração.
2. O CONTRATANTE terá, dentre outras previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:
 1. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da futura contratação.
 2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas no ajuste.
 3. Designar fiscal para acompanhar e fiscalizar a entrega do material.
 4. Acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, bem como atestar as Notas Fiscais, por meio da titular da Seção de Almoxarifado.
 5. Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais, quando for caso.

6. DA ENTREGA, RECEBIMENTO E DO PRAZO DE VALIDADE DO MATERIAL

1. A entrega será considerada realizada na data em que o material for efetivamente entregue ao CONTRATANTE pelo serviço de transporte da CONTRATADA, a qual será comprovada mediante aposição de assinatura e data-hora na nota fiscal pelo CONTRATANTE.
2. Por ocasião do ato de recebimento provisório - o qual antecede a realização de apropriação em sistema de controle do CONTRATANTE - será realizada a aferição das validades dos materiais.
 1. As validades deverão ter prazo **mínimo de 18 (dezoito) meses a contar da data de entrega dos materiais ao CONTRATANTE.**
 2. Caso o prazo de validade não atenda ao estipulado no subitem **6.2.1**, os materiais serão devolvidos à CONTRATADA, que terá 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação, para fazer o recolhimento às suas expensas.
3. Se atendidas as especificações, prazos de validade, demais exigências e condições do Termo de Referência e do Edital, será realizado o recebimento definitivo dos materiais mediante registro em sistema de controle do CONTRATANTE.
4. **O prazo de entrega** do material será de **30 (trinta) dias corridos**, a contar da confirmação da data de recebimento da nota de empenho pelo fornecedor.
5. O material deverá ser entregue na Seção de Almoxarifado, localizado no **Anexo do Fórum Eleitoral de Rio Branco - Alameda Ministro Miguel Ferrante, n. 303 - Portal da Amazônia - CEP 69914-318**, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta, fones: (68) 3226-4760 e (68) 3226-4864, e-mail: sealm@tre-ac.jus.br.
6. Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os produtos requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á descumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas.

7. Não serão admitidos, para efeito de recebimento, produtos que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações prescritas neste Termo de Referência.
8. Havendo dúvidas sobre a autenticidade/integridade dos produtos, a Seção de Almoarifado solicitará, junto ao fabricante ou a órgão oficial competente, o laudo técnico ou pericial.
9. Todos os materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais, contendo marca, modelo, referência, fabricante, procedência, prazo de validade, entre outros, de acordo com a legislação em vigor, observada as especificações constantes no edital, além de outras obrigações advindas de normas editadas por órgãos e agências reguladoras.
10. Constatados defeitos, vícios e/ou prazo de validade em desacordo com o subitem **6.2.1**, será concedido o prazo de 15 dias corridos para corrigir a irregularidade, contados do efetivo recebimento da notificação.
 1. Será admitida uma única substituição, sem prejuízo da(s) penalidade(s) prevista(s).
11. O recebimento do objeto descrito neste termo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da sua normal utilização pelo TRE/ACRE, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90).

7. DO PAGAMENTO

1. Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento do material, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
2. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.
3. O pagamento será efetuado mediante a emissão de ordem bancária pra crédito em conta corrente da Contratada, nos seguintes prazos e condições:
 1. Os pagamentos decorrentes de fornecimento cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 24, da Lei n.º 8.666/93 (R\$ 8.000,00), será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo do material;
 2. As faturas cujos valores ultrapassem o limite fixado no **subitem 7.3.1** deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo do material.
4. A Contratada, quando da emissão da nota fiscal, deverá informar os seus dados bancários bem como o número da nota de empenho correspondente a compra no campo das informações complementares.
5. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de nota fiscal ou fatura com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
6. Serão retidos na fonte os tributos previstos na IN SRF 1.234, de 11/01/2012, exceto na hipótese de a Contratada ser optante do SIMPLES.

7. Se, na data da liquidação da despesa por parte do Contratante, existir qualquer um dos documentos exigidos pelo cadastro do SICAF com validade vencida, a Contratada deverá providenciar a(s) sua(s) regularização(ões) junto à sua unidade cadastradora no referido sistema, ficando o pagamento pendente de liquidação até que sua situação seja tornada regular, reiniciando-se, a partir do dia em que seja sanada a irregularidade, o prazo para pagamento, sendo que a Contratada se obriga a comunicar ao Contratante a regularização no SICAF.
8. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7. DAS PENALIDADES

1. No caso de inexecução parcial ou total das obrigações assumidas, a empresa adjudicatária/contratada sujeitar-se-á às sanções previstas na Seção II do Capítulo IV da Lei 8.666/93, em especial às seguintes penalidades:
 1. **Advertência**, nos casos não especificados neste capítulo, a qual deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
 2. **Multa**:
 1. de **mora**: de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da nota de empenho, por dia de atraso, limitada a 15 (quinze) dias;
 2. por **inexecução parcial**: 10 % (dez por cento) sobre o valor da parcelada inadimplida, sem prejuízo de o TRE-AC rescindir o contrato, a partir da data em que julgar que a demora inviabiliza a continuidade do contrato;
 3. por **inexecução total**: 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho, quando houver recusa no fornecimento;

4. de **1%** (um por cento) sobre o valor da nota de empenho por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato não especificada neste subitem, por ocorrência;

1. as penalidades em questão poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação, no edital e em seus anexos;
2. a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante;
3. o valor da multa poderá ser descontado de crédito existente na Contratante em favor da Contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei;
4. as multas não têm caráter indenizatório, e seu pagamento não eximirá a empresa licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;
5. não será aplicada multa se o atraso na execução do objeto advir de caso fortuito ou motivo de força maior, comprovados pela contratada.

3. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-AC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

5. **Impedimento de licitar e contratar com a União**, com o consequente descredenciamento do SICAF pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais, para a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa;

1. incidirá também na sanção prevista no subitem anterior a licitante que deixar de enviar os documentos necessários à sua habilitação, via fax ou, quando for o caso, a nova Proposta de Preços por meio eletrônico, com os valores readequados ao lance vencedor.

2. Na aplicação das sanções, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela resultantes para os serviços e para os usuários, a vantagem auferida pelo infrator, as circunstâncias agravantes, os antecedentes do infrator e a reincidência.

3. No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da legislação em vigor.

4. As multas poderão ser aplicadas em conjunto com as demais espécies de penalidades previstas neste instrumento, nos termos da legislação em vigor.

5. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
6. Da sanção aplicada caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação.

8. RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.
2. Constituem motivo para rescisão:
 1. o não cumprimento do ajuste, especificações ou prazos;
 2. o cumprimento irregular do ajuste, especificações e prazos;
 3. a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade do fornecimento, no prazo estipulado;
 4. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;
 5. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 6. a dissolução da CONTRATADA;
 7. alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do ajuste.

Rio Branco/AC, 03 de setembro de 2021.

Washington dos Reis Leite
SASBEN / TRE-AC

Francisco das Chagas Monteiro de Santana
SASBEN / TRE-AC

ANEXO II DO EDITAL – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ____ dias do mês de _____ de 2021, a União Federal, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE**, CNPJ n.º 05.910.642/0001-41, com sede na Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/nº - Portal da Amazônia, Rio Branco/AC, CEP: 69.915-632, Rio Branco-AC, fones: 68-3212- 4453 e 4427, e-mail: comap@tre-ac.jus.br, CEP 69918-308, doravante designado TRE/AC, neste ato representado por sua Diretora Geral, Rosana Magalhães da Silva, no uso da competência que lhe foi atribuída pela **Portaria n.º 144/2021**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** do prestador abaixo indicado, vencedor do **Pregão eletrônico/SRP n.º __/202_**, para fins de fornecimento dos materiais especificados no Anexo Único, observadas as disposições contidas nas Leis n.º 8.666/93 e suas alterações, 8.078/90, 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019.

1. DO FORNECEDOR REGISTRADO

1. A partir desta data, ficam registrados neste Tribunal, observada a ordem de classificação, os preços do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o compromisso de prestação de serviços constantes do Anexo Único deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

ITENS	FORNECEDOR
X	<i>Empresa</i> , com endereço na _____, n.º _____, bairro – Cidade – Estado – Tel (DDD) _____ e-mail: _____, representada por _____, CPF: _____.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

1. O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pelo TRE/AC mediante emissão da respectiva Nota de empenho e contrato, observadas as disposições contidas no edital do Pregão Eletrônico/SRP n.º __/202_.
2. O compromisso de execução dos serviços só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Ordem de Compra ou Nota de empenho, decorrente desta ARP e do pregão eletrônico/SRP n.º __/202_.
3. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta ARP.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. O TRE/AC adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente ata.
2. Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados em meio eletrônico.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao TRE/Acre promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.
2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TRE/Acre convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TRE-Acre poderá:
 1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
4. Não havendo êxito nas negociações, o TRE-Acre deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
 4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do subitem 5.1 será formalizado por despacho do Diretor Geral do Tribunal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 1. Por razão de interesse público; ou
 2. A pedido do fornecedor.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente ata terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação de seu extrato no DOU – Seção 3, qual seja, ___/___/2021 a ___/___/2021.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta ARP será divulgada no portal da Internet www.comprasnet.gov.br, no sítio www.tre-ac.jus.br.

8. DO FORO

1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária Federal da Justiça Federal em Rio Branco/AC, para solucionar questões resultantes da aplicação desta ARP ou relativas a ela não resolvidas na esfera administrativa, com renúncia expressa a quaisquer outros.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o TRE/AC e o(s) fornecedor(es) registrado(s), na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em 3 (três) vias de igual e teor e forma.

Rio Branco/AC, ___ de _____ de 2021.

Rosana Magalhães da Silva
Diretora-Geral do TRE/AC

Representante do FORNECEDOR

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE/AC N.º ____ / 2021**FORNECEDOR, CNPJ** _____

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
X				R\$	R\$
Fabricante:					
Marca Modelo:					
Especificações:					

ANEXO III DO EDITAL**DECLARAÇÃO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CNJ N.º 07/2005 E DA LEI N.º 14.116/2020**

Ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço na Rua/Av. _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____, por seu representante infra assinado, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Em respeito às restrições constantes no **inc. VI e no § 3.º do art. 2º da Resolução CNJ 07/2005 (modificada pela Resolução CNJ 229/2016)**, não dispõe em seu quadro societário de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. A declaração também alcança as contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
2. Em atenção à vedação prevista no **art. 19, inciso XI, da Lei 14.116/2020 - LDO 2021**, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.

Local e data

Assinatura

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO - COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A Empresa (nome da empresa)....., inscrita no CNPJ nº.....(endereço completo), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF no,

DECLARA, sob a participação no Pregão Eletrônico Tradicional nº XX/2020, diante as penalidades da Lei:

1 – COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE: Na qualidade de proponente do certame, atendemos aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, conforme estabelece a IN nº 01/2010, Decreto nº 7.746/2012, nos casos em que a referida instrução se aplicar ao objeto. Declaramos também, em especial ao art. 299 do Código Penal Brasileiro, que a empresa está ciente de sua responsabilidade ambiental e que cumpri a legislação específica para a atividade que desenvolve e, adota práticas ecologicamente corretas, tomando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes de sua atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

Local e data.

Assinatura

[Razão social da empresa - CNPJ]

Representante legal: [nome completo]

RG: [número e órgão emissor] / CPF: [número]

Em 12 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANA MAGALHÃES DA SILVA, Diretora-Geral**, em 12/11/2021, às 10:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ac.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0457181** e o código CRC **1B1EB8C0**.

0002029-48.2020.6.01.8000

0457181v2